



PODER JUDICIÁRIO

JUÍZO DE DIREITO DO 2º (SEGUNDO) JUIZADO ESPECIAL DO FORO REGIONAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS – ESTADO DO PARANÁ

Rua João Ângelo Cordeiro, s/n – São José dos Pinhais/PR - CEP 83.005-570 – Fone (41) 3434-8525

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

(NU 0008123-02.2016.8.16.0035 PROJUDI)

O Doutor ROBERTO LUIZ SANTOS NEGRÃO, MM. Juiz de Direito do 2º Juizado Especial do Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, FAZ SABER aos interessados que nos **AUTOS DE INDENIZAÇÃO Nº 0008123-02.2016.8.16.0035 (PROJUDI)**, movido por **GILMAR DA CRUZ RIBEIRO** em face de **INPAR PROJETO 127 SPE LTDA. (CNPJ: 09.434.024/0001-23)**, será levado a leilão judicial o bem abaixo descrito, observadas as seguintes condições:

1º Leilão em 06/10/2020 às 13h00min, por preço igual ou superior ao valor da avaliação;

2º Leilão em 20/10/2020 às 13h00min, por preço igual ou superior a 50% do valor da avaliação.

MODALIDADE DO LEILÃO: Os leilões serão realizados **eletronicamente** com recepção de lances online através do site <https://oleiloes.com.br/>, mediante cadastramento prévio e aprovado do arrematante com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data do leilão, com pagamento à vista. O interessado em adquirir o bem em prestações deverá apresentar proposta por escrito ao Leiloeiro através do e-mail contato@oleiloes.com.br antes do início do leilão. **LEILOEIRO:** O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Marcelo Soares de Oliveira, matriculado na Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR, sob o nº 08/011-L. Mais informações no e-mail contato@oleiloes.com.br, WhatsApp (41) 99870-7000 ou Telefone 0800-052-4520.

DESCRIÇÃO DO BEM: PARTE IDEAL DO IMÓVEL MATRÍCULA Nº 65.835 1º REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR, QUE CORRESPONDERÁ A UNIDADE AUTÔNOMA Nº 202, DO BLOCO 16, LOCALIZADA NO 2º ANDAR OU PAVIMENTO, DO CONDOMÍNIO VIVER RESERVA SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, SITUADO À RUA ELVIRA SCHAFFER ROCHA, S/N, AFONSO PENA, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR, QUE CONTERÁ ÁREA CONSTRUÍDA PRIVATIVA DE 42,6400M², COM DIREITO A UMA VAGA DE GARAGEM INDETERMINADA, ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL DE 136,68600M², COM DEMAIS CONFRONTAÇÕES, MEDIÇÕES E CARACTERÍSTICAS NA MATRÍCULA 65.835 DO 1º RI DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR. **LOCALIZAÇÃO:** Rua Almirante Alexandrino, 1261, Afonso Pena, São José dos Pinhais/PR.

VALOR DA AVALIAÇÃO: R\$ 180.000,00 (mov. 164.1), ratificada em 23/09/2020.

ÔNUS: Consta na Matrícula: AV-63: Averbação de existência de ação proveniente dos autos nº 0011523-58.2015.8.16.0035 em trâmite perante o 2º Juizado Especial Cível de São José dos Pinhais; AV-67: Averbação de existência de ação proveniente dos autos nº 0011692-40.2018.8.16.0035 em trâmite perante o 2º Juizado Especial Cível de São José dos Pinhais; AV-68: Averbação de existência de ação proveniente dos autos nº 0012061-34.2018.8.16.0035 em trâmite perante o 2º Juizado Especial Cível de São José dos Pinhais; AV-69: Averbação de existência de ação proveniente dos autos nº 0011703-69.2018.8.16.0035 em trâmite perante a 1ª Vara Cível de São José dos Pinhais; R-72: Penhora dos presentes autos; AV-73: Averbação de existência de ação proveniente dos autos nº 00254209020148160035 em trâmite perante a 3ª Vara Cível de São José dos Pinhais. Consta na Certidão Positiva do Depositário Público: Item 1: Penhora, Arresto, Sequestro e Depósitos proveniente dos autos nº 3502222017 em trâmite perante o 3º Juizado Especial de São José dos Pinhais; Item 2: Penhora, Arresto, Sequestro e Depósitos proveniente dos autos nº 25327302014 em trâmite perante a 1ª Vara Cível de São José dos Pinhais; Item 3: Penhora, Arresto, Sequestro e Depósitos proveniente dos autos nº 2654-43.2014 em trâmite perante a 3ª Vara Cível de São José dos Pinhais; Item 4: Penhora, Arresto, Sequestro e Depósitos proveniente dos autos nº 15287-86.2014 em trâmite perante a 3ª Vara Cível de São José dos Pinhais. Débitos de IPTU: Constatam débitos no importe de R\$ 272.122,70 conforme extrato de débitos ao mov. 226.2, sujeito à atualização e/ou modificação, além de eventuais despesas e honorários advocatícios. Outros débitos: O ofício nº 1772/2020 remetido à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o ofício nº 1773/2020 remetido à Receita Federal/INSS e o ofício nº 1774/2020 remetido ao IAP ainda não retornaram com informações. Observação: Na forma do art. 908, § 1º, do Código de Processo Civil, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, subrogam-se sobre o preço da arrematação, observada a ordem de preferência.

DÉBITO EXECUTADO: R\$ 27.628,09 (mov. 173.1), sujeito à atualização.

DEPOSITÁRIO: O Executado.

REMUNERAÇÃO DO LEILÃO: A remuneração do Leiloeiro será devida observadas as seguintes hipóteses: (a) em caso de arrematação, comissão de 5% sobre o valor da arrematação, sendo devida pelo arrematante; (b) em caso de adjudicação, comissão de 2% sobre o valor da avaliação, sendo devida pelo exequente; (c) em caso de remição, comissão de 2% sobre o valor pelo qual o bem foi resgatado, sendo devida pelo remitente; (d) em caso de acordo ou transação, comissão de 2% sobre o valor da avaliação, sendo devida pelo executado. Além da remuneração da comissão, o Leiloeiro poderá cobrar o ressarcimento das despesas efetuadas. A comissão e o ressarcimento das despesas efetuadas deverão ser pagas à vista no ato da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, mediante depósito, tal como o preço, porém, sendo nula ou anulada a arrematação serão devolvidos os valores recebidos a título de comissão.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 1ª Observação: Consoante o disposto no artigo 892 do CPC, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico; 2ª Observação: Artigo 895 do CPC: “O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I – até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II – até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil”; §1º A proposta conterà, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. §4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento (10%), sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. §6º A apresentação da proposta prevista neste artigo não suspende o leilão. §7º A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. §8º Havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado: I – em diferentes condições, o juiz decidirá pela mais vantajosa, assim compreendida, sempre, a de maior valor; II – em iguais condições, o juiz decidirá pela formulada em primeiro lugar (art. 895 do CPC) e §9º No caso de arrematação a prazo, os pagamento feitos pelo arrematante pertencerão ao exequente até o limite de seu crédito, e os subsequentes, ao executado.

RECURSO(S) PENDENTE(S): Nada consta.

INTIMAÇÕES E OBSERVAÇÕES: Tratando-se a alienação judicial de hipótese de aquisição originária da propriedade pelo adquirente, o(s) bem(s) será(ão) vendido(s) livre(s) e desembaraçado(s) de ônus, inclusive, os de natureza fiscal (art. 130, § único, do CTN) e os de natureza propter rem (art. 908, § 1º, do CPC). A venda será efetuada no estado em que o imóvel se encontra e em caráter ad corpus. Será resguardada a quota-parte do cônjuge com o produto da alienação (art. 843 do CPC), em sendo o caso. A imissão na posse ficará a cargo do arrematante (art. 901 do CPC). Na forma da lei, ficam intimados das datas e horários dos leilões o senhorio direto, o usufrutuário, o credor com garantia real e/ou penhora anteriormente averbada, desde que não sejam de qualquer modo parte da execução. Caso não tenha sido anteriormente intimado por qualquer outro meio legalmente estabelecido, fica intimado o executado INPAR PROJETO 127 SPE LTDA. (art. 889 do CPC). No caso de diligência negativa de intimação dos executados, do cônjuge, corresponsáveis, credores hipotecários, usufrutuários, senhorios-diretos e coproprietários, ficam estes desde já intimados através do presente das datas designadas para os leilões do bem penhorado e dos demais dados constantes neste. Caso não haja expediente forense na data designada, o ato é automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. Por fim, caso não haja arrematação nas datas designadas, o bem poderá ficar, a critério do Juízo, disponível para venda direta pelo período de 90 (noventa) dias que se sucederem ao leilão, nas mesmas condições, ao primeiro interessado que ofertar proposta que respeite as condições mínimas fixadas para o segundo leilão. A fim de dar ampla divulgação ao presente leilão, este edital será publicado na modalidade eletrônica, sendo que o Leiloeiro, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente, o qual se presume ser de conhecimento de todos os interessados. Do que para constar, expedi o presente edital, que será publicado nos termos da lei. Curitiba/PR, 23/09/2020. Eu, Leiloeiro Público Oficial Designado, que o fiz digitar, por ordem do MM. Juiz de Direito.

ROBERTO LUIZ SANTOS NEGRÃO
Juiz de Direito